



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

## **CARTA DE SANTARÉM**

As/Os Pró-Reitoras/es, Diretoras/es, Coordenadoras/es, e Servidoras/es que atuam com os Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior das regiões Norte e Nordeste, reunidas/os em Santarém-Pará, por ocasião da realização da XXIII Reunião Regional Norte/Nordeste do Fórum Nacional de Pró-Reitores/as de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, no período de 7 a 9 de maio de 2025, para debaterem sobre as políticas estudantis e ações afirmativas nas IFES, como se observa na conferência de abertura, nas mesas redondas e nos grupos de trabalhos. O evento contou com 329 inscrições, sendo 177 na modalidade presencial e 152 on-line, dentre eles estudantes, equipes e gestores da assistência estudantil e público externo, de 17 Instituições Federais de Ensino Superior do Norte e Nordeste, a saber: UFOPA, UFPA, UNIFESSPA, UFAC, UNIR, UFPB, UFPE, UFRN, UFRB, UFSB, UFT, UNIVASF, UFCG, UFAPE, UFDPAR, UFOB e UFC, além da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (DIPPES/MEC). O evento contou com a participação presencial de 82 pessoas e 57 pessoas acompanharam a transmissão de forma virtual.

Ressaltamos que, seguindo a proposta da organização do Fonaprace Santarém, os GTs iniciaram as atividades de apresentação das temáticas e discussões/contribuições abordadas pelos grupos, na modalidade on-line, uma semana antes do encontro presencial, nos dias 28 e 29 de abril de 2025, retomando os debates no encontro presencial para deliberações e encaminhamentos.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

## **GRUPO DE TRABALHO 1 - INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO ESTUDANTIL**

O GT 1 foi realizado no dia 08 de maio de 2025, contando com 16 pessoas, sendo 11 representantes das IFES e 5 estudantes vinculados aos cursos de graduação da Ufopa. O encontro iniciou com o acolhimento e boas-vindas às pessoas presentes e rodada de apresentação. Teve como objetivos: construir propostas de instrumentos de acompanhamento estudantil, considerando o respeito às diversidades e a garantia de permanência qualificada. Para fomentar as discussões, buscou-se apresentar um diagnóstico atual sobre a realidade das IFES Norte/Nordeste a partir de alguns questionamentos que expusessem como as instituições realizam o acompanhamento estudantil, os principais desafios encontrados, bem como as práticas de acompanhamento exitosas, as possibilidades de integração com o CadÚnico ou outros sistemas públicos atuais e as especificidades regionais e culturais. Nas participações iniciais, alguns relatos enfatizaram que o Acompanhamento Estudantil fosse direcionado por uma perspectiva ampliada e interdisciplinar, devendo ser o acompanhamento aos estudantes tão importante quanto o ingresso destes. Ressalta-se que foi realizada uma reunião prévia on-line, no dia 29 de abril de 2025, a fim de suscitar, antecipadamente, os conhecimentos sobre a realidade das IFES quanto ao Acompanhamento Estudantil e favorecer a apresentação de propostas de encaminhamento na reunião do FONAPRACE regional.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

Em seguida foram elencadas como propostas: 1. Criação de Comitês Intersectoriais de Permanência Estudantil: Articular Pró-Reitoria de Assistência estudantil, Pró-Reitoria de ensino e graduação/pós-graduação, Planejamento, e de Gestão de Pessoas para acompanhamento coletivo das trajetórias estudantis, a partir da lógica do cuidado e da escuta situada. Priorizar o saber das margens, o conhecimento do chão e o reconhecimento de estudantes como sujeitos plurais, não apenas dados estatísticos; 2. Criar comissões permanentes de trabalho multiprofissional-interdisciplinar, dentro das Pró-Reitorias de Assistência Estudantil para o desenvolvimento de ações de acompanhamento estudantil na perspectiva do diálogo entre as múltiplas abordagens e intervenções profissionais. 3. Autoavaliação como ferramenta contra o epistemicídio: Incluir indicadores de permanência qualificada nas avaliações institucionais da CPA (COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO), com dados desagregados por raça, gênero e território. Priorizar escuta dos sujeitos marginalizados nos instrumentos avaliativos. 4. Criação de um Sistema Nacional com foco no Território, com as seguintes orientações: 4.1. Plataforma Nacional Integrada de Acompanhamento Estudantil: criação de uma Rede Nacional de Acompanhamento e Permanência Estudantil (RENAPES) para favorecer a Integração governamental: Cadastro Único + Sistemas do MEC. Com os objetivos de: Identificar vulnerabilidades socioeconômicas e multidimensionais; Monitorar trajetórias acadêmicas e sociais; Fortalecer políticas de permanência estudantil. Com as seguintes Funcionalidades: Cadastro inicial via integração com CadÚnico; Integração e atualização semestral de dados socioeconômicos, de serviços de acompanhamento estudantil e acadêmicos; Indicadores interseccionais e territoriais (raça, gênero, deficiência, fator amazônico); Mapeamento de evasão e vulnerabilidade emergente; Construção de um sistema nacional, público e intersectorial, que integre dados da Assistência Estudantil, CadÚnico, MEC, com painéis interativos de: Perfil racial e territorial dos estudantes; Diagnóstico das condições de vida e saúde mental; Fluxo acadêmico e taxas de diplomação por marcadores sociais.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

4.2. Protocolo Nacional Antirracista de Permanência: Elaborar protocolo com diretrizes obrigatórias para IFES sobre: Acompanhamento antirracista e contra o capacitismo; Valorização dos saberes tradicionais indígenas, quilombolas e periféricos; Ações afirmativas para estudantes mães e população LGBTQIA+; 5. Criar indicadores nacionais de assistência estudantil e permanência qualificada através do fortalecimento do Grupo de Trabalho para definição desses indicadores. Encerrou-se o GT1 com o compromisso de transformar os instrumentos de acompanhamento estudantil em bússolas sensíveis, que saibam ouvir o silêncio das margens, decifrar os mapas da exclusão e plantar permanência onde o sistema insiste em expulsar. Porque cada corpo que permanece é um território em resistência, e cada universidade que escuta com coragem, escreve um novo capítulo de sua história: menos colonial, mais coletiva, profundamente humana.

## **GRUPO DE TRABALHO 2 - ANÁLISE SOCIOECONÔMICA**

Iniciou-se as atividades do Grupo de Trabalho fazendo um resgate sobre o conteúdo do documento: Subsídios para atuação do(a) assistente social na análise socioeconômica no âmbito da assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior, como um dos primeiros instrumentos que trouxe a pauta da sistematização dos indicadores da análise socioeconômica na assistência estudantil no FONAPRACE. Em seguida se falou sobre o Relatório do TCU, destacando-se os achados 4 e 5 que tratam sobre as equipes multiprofissionais e sobre o processo de identificação da vulnerabilidade socioeconômica. Posteriormente cada participante apresentou o trabalho realizado no processo da análise socioeconômica nas suas instituições.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

Dentre os pontos apresentados nos relatos, destacam-se: o uso da inteligência artificial como instrumento de apoio na análise socioeconômica, sendo este apresentado como um dos desafios atuais, que pode ser utilizado como uma ferramenta para apoio ao trabalho, mas não uma substituição. Refletiu-se que, devido a demanda de trabalho da análise socioeconômica, os profissionais se sentem sobrecarregados e deixam por vezes de realizar outras ações que fazem parte do trabalho deste profissional, como visitas domiciliares, entrevistas e articulação com a rede de serviços. Sobre o uso do cadastro único do governo federal, houve o relato de que, parte das universidades tem utilizado esse cadastro para acesso dos estudantes ingressantes aos auxílios emergenciais ou temporários, enquanto ainda não são assistidos por programas de bolsas/auxílios da Assistência Estudantil. Algumas relataram o uso como ferramenta auxiliar no processo de análise socioeconômica, e outros participantes relataram que ainda não conseguiram acessar o cadastro único do governo federal e quando precisam dessas informações solicitam que os estudantes apresentem a folha resumo. Foi mencionado que existe diferença entre análise de renda e avaliação social e sobre a utilização no processo de análise socioeconômica, já existem universidades que no processo da análise da renda, tem o apoio de outros servidores e os assistentes sociais realizam a análise social, com o uso das entrevistas e outros instrumentais próprios da profissão.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

Considerando-se as discussões sobre a viabilidade de um sistema unificado de avaliação socioeconômica, sugeriu-se buscar experiências de outras instituições, como do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, desta forma foi proposto convidar um assistente social do INSS, para saber como implementaram o sistema unificado realizado pelas assistentes sociais, e quais os desafios e possibilidades dessa forma de trabalho, considerando que cada universidade tem sua particularidade e autonomia, assim como existem as diferenças regionais. Relatou-se sobre as dificuldades no processo: excesso de trabalho, sobrecarga dos profissionais e o período longo da análise. Falou-se das potencialidades do SIGAA, sobre a necessidade do Restaurante Universitário ser universal e sobre o uso do Cadastro Único do Governo Federal como ferramenta estratégica para a Assistência Estudantil, destacando que o número de pessoas inscritas nas regiões Norte e Nordeste pode ser utilizado como base para a captação de mais recursos destinados ao PNAES, e como apoio no processo de análise.

### III- Encaminhamentos:

\*Uso do Restaurante Universitário como universal, para que seja uma política de alimentação da assistência estudantil com financiamento direto para não comprometer os programas de transferência direta da Política de Assistência Estudantil;

\*Criação de um GT permanente para dar continuidade aos debates sobre a análise socioeconômica, considerando os documentos que já existem, a exemplo dos subsídios da metodologia. Propõe-se que o grupo seja mantido além do encontro do FONAPRACE, com apoio e formalização da Coordenação Regional, para que as discussões sobre a avaliação socioeconômica e outros aspectos do trabalho do assistente social na assistência estudantil possam continuar;



**FONAPRACE**

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

\*Aprofundar as discussões sobre o uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio, sem perder de vista as particularidades do trabalho do assistente social nos processos da análise socioeconômica e demais demandas da profissão.

\*Aprofundar o debate sobre o uso do cadastro único do governo federal na Assistência Estudantil no encontro nacional e necessidade de capacitação dos profissionais para seu uso, conforme proposto no Encontro Regional de Maceió em 2024.

### **GRUPO DE TRABALHO 3 – POLÍTICA DE SAÚDE ESTUDANTIL**

A reunião foi aberta pelo coordenador do GT, Marcello Baima, que acolheu os participantes e apresentou os objetivos do grupo: fomentar reflexões e formular propostas para a consolidação de uma política de saúde estudantil nas instituições federais, especialmente naquelas localizadas em regiões marcadas por desigualdades históricas e baixa cobertura da rede pública de atenção à saúde.

Foi destacada a importância estratégica da saúde no contexto da permanência estudantil e da inclusão social, especialmente à luz das novas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Embora a nova legislação aponte a necessidade de ações em saúde, ainda há lacunas normativas e operacionais quanto à institucionalização dessas políticas. O coordenador também apresentou um breve panorama das discussões ocorridas na primeira reunião do GT, realizada virtualmente em 30 de abril de 2025.

#### **2. Principais Discussões**

Destacou-se a necessidade de espaços adequado para acolhimento dos estudantes atendidos pelo serviço e ressaltou a importância de que os gestores compreendam que a saúde do estudante é fator determinante para sua permanência, e que a falta de suporte adequado pode resultar em evasão.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

A coordenadora Januse Nogueira compartilhou a experiência do Núcleo de Atenção à Saúde da UFPB, que conta com equipe multiprofissional e foco na prevenção, mas sem negligenciar a assistência. Apresentou várias práticas exitosas, pronto acolhimento, aferição rotineira de sinais vitais, orientações de saúde nas mais diversas áreas, realização de curativos, atendimento odontológico e acolhimento e manejo de crises psíquicas e/ou outros agravos a saúde. Enfatizou a importância das parcerias e articulações com outros setores da Universidade (Hospital Universitário, Clínica de Psicologia) para o fortalecimento das ações e serviços ofertados. Destacou a importância de normatizar os serviços e de desenvolver indicadores de avaliação, é preciso acompanhar, monitorar e desenvolver instrumentos para mensuração dos índices de satisfação dos usuários da política, bem como, sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e os limites da atuação do setor. Também apontou a necessidade de fluxos bem definidos para os diferentes tipos de demanda.

### 3. Encaminhamentos

1. Criação e fortalecimento de núcleos de saúde estudantil nas IFES, com atenção especial às universidades multicampi e às situadas em regiões remotas, incluindo:

- Equipes multiprofissionais (psicólogos, enfermeiros, médicos, nutricionistas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e odontólogos);
- Espaços físicos adequados e acolhedores;
- Infraestrutura mínima para atendimentos de urgência e acolhimento inicial.

2. Institucionalização da Política de Saúde Estudantil, com:

- Diretrizes alinhadas à PNAES;
- Orçamento próprio;
- Definição clara de competências institucionais;
- Protocolos de atendimento e encaminhamento intersetorial.

3. Regulamentação e normatização dos fluxos de atendimento nos núcleos de saúde, garantindo segurança jurídica para as equipes e elucidação de informações para os estudantes.



**FONAPRACE**

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

4. Revisão e reestruturação da comunicação institucional voltada à saúde e ao bem-estar estudantil, incluindo:
  - Reformulação dos sites institucionais;
  - Criação de canais de escuta acessíveis;
  - Divulgação contínua e multicanal dos serviços existentes.
5. Inclusão da temática da saúde estudantil nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos planos de ação da assistência estudantil.
6. Previsão orçamentária específica para a área de saúde estudantil, em consonância com o planejamento estratégico da assistência estudantil.
7. Criação de Grupo de Trabalho permanente sobre a saúde dos profissionais da assistência estudantil, nas unidades SIASS ou unidade de saúde vinculada à gestão de pessoas, com foco em:
  - Mapeamento de fatores de risco psicossociais e ocupacionais;
  - Elaboração de programas de promoção da saúde e prevenção de adoecimentos;
  - Criação de políticas institucionais de cuidado com servidores da área.
8. Implantação de programas de formação continuada, com temáticas como:
  - Saúde mental no contexto universitário;
  - Enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades e violências do âmbito acadêmico;
  - Direitos humanos, diversidade e inclusão;
  - Formação para atuação em situações de crise.
9. Criação de um sistema nacional de informações sobre saúde estudantil nas IFES, integrando dados sobre atendimentos, demandas, evasão relacionada à saúde e mapeamento de boas práticas.
10. Fortalecimento da articulação com a rede pública de saúde, por meio de convênios, termos de cooperação e protocolos de referência e contrarreferência.
11. Promoção de campanhas educativas permanentes sobre saúde mental, prevenção de violências, alimentação saudável, autocuidado e enfrentamento do estigma relacionado ao sofrimento psíquico.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

#### 4. Considerações Finais

O GT.3 cumpriu um papel fundamental ao levantar, com profundidade e sensibilidade, os desafios enfrentados pelas IFES no campo da saúde estudantil. As falas demonstraram a urgência de institucionalizar práticas e estruturas capazes de atender de forma digna e qualificada o público que é a razão de ser das nossas instituições: nossos estudantes. Assim como, evidenciaram o potencial transformador das experiências exitosas já em curso em algumas instituições, apontando caminhos possíveis para superação das desigualdades estruturais e regionais.

Os encaminhamentos aqui sistematizados refletem não apenas a escuta atenta das demandas dos estudantes e dos profissionais da área, mas também um compromisso coletivo com a consolidação da saúde como eixo central das políticas de permanência, conforme previsto na nova redação da Lei do PNAES.

O GT reforça a importância de que a saúde, entendida em sua dimensão ampliada e integral, seja reconhecida como um direito de todos os estudantes e uma responsabilidade inalienável das instituições públicas de ensino superior.

#### **GRUPO DE TRABALHO 4 – POLÍTICA DE COTAS E INGRESSOS DIFERENCIADOS**

O Grupo de Trabalho foi realizado de forma presencial no dia 08 de maio de 2025, às 08h30, reunindo representantes de diferentes Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), técnicos, docentes e gestores envolvidos com políticas de ingresso e ações afirmativas no ensino superior. Realizou-se a leitura da relatoria da reunião anterior, ocorrida de forma remota, destacando os três eixos temáticos definidos para discussão na etapa presencial: a) Implementação de cotas para pessoas trans: Foram analisados os desafios institucionais, propostas de normativas, experiências já consolidadas e caminhos possíveis para a efetivação dessa política nas IFES. Foi destacada a relevância da autonomia universitária como princípio que assegura às instituições a capacidade de decidir, de forma contextualizada e responsável, os momentos mais adequados para avançar ou recuar na implementação da política, sem a obrigatoriedade de seguir automaticamente os movimentos de outras IFES ou de atender a pressões externas, preservando, assim, a coerência com sua própria realidade institucional.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

Ressaltou-se também a necessidade de sensibilização e formação das equipes responsáveis pela gestão dessa política, bem como a complexidade na definição do público-alvo, considerando a diversidade de identidades de gênero compreendidas pelo termo “trans”. Enfatizou-se a importância da troca de experiências entre instituições que já implementaram a política e da construção de mecanismos de verificação e controle do acesso, os quais devem ser definidos em diálogo com a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), assegurando legitimidade, acolhimento e respeito à população atendida. Encaminhamentos: a) Aprofundamento do Debate sobre Autonomia Universitária. b) Construção de Mecanismos de Verificação e Controle em diálogo com a ANTRA. c) definição do público-alvo desta política. d) troca de experiências entre as Ifes para avaliar e monitorar a política. b) Construção de processos seletivos especiais para pessoas com deficiência: A discussão sobre este tema evidenciou a inexistência de um debate estruturado em torno da criação de processos seletivos específicos para pessoas com deficiência no âmbito da maioria das IFES, bem como no contexto do CONACESSI (Colégio de Gestores de Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais). Ressaltou-se que, atualmente, algumas universidades vêm adotando alternativas como a reserva de vagas adicionais nos processos seletivos regulares, sem a criação de processos seletivos diferenciados ou exclusivos. O grupo refletiu sobre a pertinência de se avançar na construção coletiva de diretrizes que possibilitem processos seletivos mais justos, equitativos e alinhados à legislação vigente, considerando as especificidades do público-alvo. Debateram-se, ainda, os riscos de perpetuação de desigualdades caso não se avance na institucionalização de práticas mais inclusivas, capazes de reconhecer e enfrentar as múltiplas barreiras que limitam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Nesse sentido, foi sugerida a criação de uma rubrica orçamentária específica voltada à acessibilidade, com vistas a garantir recursos estáveis e adequados para ações estruturantes nas IFES.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

Também se destacou a necessidade de rediscutir, ampliar e definir com maior clareza o escopo e os objetivos do Programa Incluir, de modo que ele possa atender, de forma efetiva e ampliada, às demandas concretas das IFES no campo da inclusão. Ressaltou-se que, embora tenha havido uma reformulação importante no âmbito das políticas de acesso, promovendo avanços significativos na inserção de estudantes com deficiência nas instituições, não se observou progresso correspondente nas políticas de permanência. Essa lacuna está diretamente relacionada à ausência de ampliação dos recursos destinados ao Programa Incluir. A limitação orçamentária compromete ações essenciais, como a contratação de profissionais especializados e a oferta de serviços e recursos de acessibilidade, impactando negativamente a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. Foi ressaltada a importância de que eventuais propostas de processos seletivos específicos sejam amplamente debatidas no interior das IFES, com participação dos setores responsáveis pela inclusão e acessibilidade, bem como dos próprios estudantes com deficiência e dos movimentos sociais, de forma a garantir que as políticas adotadas não apenas cumpram a legislação, mas reflitam um compromisso ético com a justiça social e a equidade. Encaminhamentos: a) Reforçar, em âmbito nacional, a discussão sobre a criação de uma rubrica orçamentária específica para a implementação de Processos Seletivos Simplificados (PSS) voltados aos profissionais de acessibilidade. b) Fortalecer, em âmbito nacional, a necessidade de ampliação dos recursos do Programa Incluir, assegurando suporte financeiro adequado para as políticas de permanência dos estudantes com deficiência. c) Promover o intercâmbio de boas práticas entre as IFES, com foco nas estratégias de ingresso e permanência de estudantes com deficiência, levando em conta as experiências e soluções já existentes. c) Avaliação biopsicossocial no contexto do ingresso de estudantes com deficiência: O grupo discutiu os fundamentos legais e operacionais da avaliação biopsicossocial como instrumento para aferição da deficiência nos processos seletivos. Nesse contexto, emergiu o debate sobre a avaliação biopsicossocial, compreendida como um instrumento que reflete a mudança de paradigma na concepção de deficiência, cada vez mais orientada pelo modelo social. Tal modelo rompe com perspectivas, exclusivamente médicas, ao considerar que a deficiência resulta da interação dos sujeitos com as barreiras impostas pela sociedade, o qual impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

Essa avaliação deve ser conduzida por equipe interdisciplinar e multiprofissional, e o laudo médico passa a ser apenas um dos documentos complementares no processo de comprovação, e não mais o único requisito. Foi relatado que diversas instituições já iniciaram processos formativos para a implementação da avaliação biopsicossocial, a fim de qualificar suas equipes e adequar os procedimentos internos. Destacou-se também que o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) está em diálogo com o MEC para regulamentar a criação de uma carteira unificada da pessoa com deficiência, que teria validade nacional por um período de 10 anos. Essa medida visa reduzir a burocracia e facilitar o acesso dessa população a políticas públicas, incluindo processos seletivos e concursos. Observa-se, portanto, uma movimentação institucional e política em direção à padronização da avaliação biopsicossocial e à desburocratização do acesso, o que tende a promover maior equidade e agilidade no atendimento às pessoas com deficiência. Entretanto, foi também evidenciado um importante desafio relacionado à permanência desses estudantes, especialmente no que se refere à disponibilidade de profissionais de acessibilidade — como tradutores e intérpretes de Libras, audiodescriitores, brailistas, cuidadores, entre outros. Atualmente, esses profissionais não integram o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCC-TAE), o que dificulta sua contratação efetiva pelas IFES. Como alternativa, muitas instituições têm recorrido à terceirização ou contratação temporária via PSS, soluções que, além de instáveis, são frequentemente onerosas e inviáveis para a manutenção de políticas permanentes de acessibilidade. Encaminhamentos: a) Apoiar a articulação do CONACESSI com o CONADE e o MEC para regulamentação da carteira unificada da pessoa com deficiência. b) Incentivar a realização de formações contínuas sobre avaliação biopsicossocial nas IFES. c) Reforçar, em âmbito nacional, a criação de cargos permanentes, de nível E, no PCC-TAE para profissionais da área de acessibilidade (intérpretes de libras, audiodescriitores, revisor braille, transcritor do sistema braille, profissionais de apoio, cuidador). d) Promover o intercâmbio de experiências e boas práticas entre as instituições sobre a implementação da avaliação biopsicossocial e a estruturação de equipes multiprofissionais.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

A **Conferência de Abertura** destacou como tema Educação e Permanência Estudantil na Amazônia, proferida pelo conferencista professor Doutor Ronaldo Araújo, Pró-Reitor de Assistência e Acessibilidade Estudantil da Universidade Federal do Pará (UFPA). O conferencista destacou o desafio na gestão orçamentária do financiamento estudantil, demonstrando com dados da distribuição de recursos PNAES e quantidades de alunos atendidos e matriculados, sobre como a distribuição não é equitativa. As regiões Norte e Nordeste são as que, proporcionalmente, menos recebem recursos para a assistência estudantil. 63% dos alunos com perfil PNAES estão nas regiões Norte e Nordeste, porém, somente 41% dos recursos PNAES estão nessas regiões. O conferencista abordou que a assistência estudantil é um direito para os estudantes público das ações afirmativas. Ressaltou também que as universidades ainda não se recuperaram da tentativa de desmonte da política de assistência estudantil, vivida desde o 2016. Durante o debate, também se comentou sobre o relatório do TCU, que defende o Fator Amazônia como critério de distribuição dos recursos orçamentários, bem como a distribuição assimétrica dos recursos não estão apenas da assistência estudantil, mas também nos códigos de vaga e funções gratificadas. Relata-se que a falta de investimento impacta na sobrecarga das equipes de assistência estudantil. Foi defendida durante a conferência de abertura que seja realizada uma nova pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes das IFES, para que seja estudada e revisada uma distribuição mais justa do recurso da assistência estudantil.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

## **MESA 1 – MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PNAES E AS ASSIMETRIAS REGIONAIS**

A Mesa 1 abordou o tema “Matriz Orçamentária PNAES e as Assimetrias Regionais”, sob mediação da servidora Izabela Mendonça de Assis, Diretora de Acompanhamento Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Compuseram a mesa os palestrantes Prof. Cauã Araújo, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da UFOPA, Prof. Clébio Ferreira, Pró-Reitor de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), e Profa. Marília Pimentel Cotiguiba, Reitora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A exposição teve início com uma contextualização histórica da distribuição orçamentária da Ação 4002, com ênfase na composição da matriz do PNAES e nas perspectivas de indicadores indutores. Na sequência, os palestrantes destacaram a necessidade urgente de discutir a suficiência do financiamento atualmente praticado, refletindo se o valor global alocado é, de fato, adequado para atender às finalidades do Programa. Ressaltou-se que, desde 2017, a Matriz PNAES não tem sido efetivamente utilizada como critério de distribuição entre as IFES, sendo apenas replicada com correções monetárias do montante total. Em contrapartida, foram mencionadas melhorias na eficiência da gestão orçamentária da Ação 4002, especialmente quanto à execução dos restos a pagar. Prosseguindo, a mesa apresentou uma análise do período de 2003 a 2016, marcado por políticas de democratização do acesso e da permanência no ensino superior. Ponderou-se sobre o uso do critério de aluno equivalente, em vez do de aluno vulnerável, na Matriz PNAES, bem como as discrepâncias observadas na Matriz OCC.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

A análise de dados do sistema Ecograd evidenciou distorções na distribuição de recursos, reiterando a necessidade da inclusão do Fator Amazônia como elemento estruturante da matriz. A mesa também trouxe achados da última Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) publicada no final do ano de 2024, que avaliou a efetividade do PNAES nas 69 IFES. Entre os principais pontos identificados, destacam-se: distribuição orçamentária não equitativa, utilização inadequada do critério “aluno equivalente” e ausência de correlação entre o orçamento repassado e o número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como encaminhamentos, os palestrantes propuseram a construção coletiva de uma nova matriz orçamentária, bem como o fortalecimento de mecanismos de alocação mais justa, incluindo a realização de um novo perfil socioeconômico discente e a implantação do sistema SISPNAES, recentemente proposto pelo Ministério da Educação (MEC). A mesa também destacou a redução da força de trabalho nas equipes de Assistência Estudantil, o que compromete o controle social e técnico da execução dos recursos. Reforçou-se, ainda, a importância de considerar as especificidades regionais, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, ampliando o debate sobre o Fator Amazônia no âmbito do FONAPRACE e da ANDIFES. Por fim, foi enfatizada a necessidade de refletir sobre as políticas de alimentação adotadas pelas IFES, com vistas à construção de uma abordagem de caráter universal, capaz de assegurar a permanência estudantil com dignidade e equidade.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

SANTARÉM | 2025

## **MESA 2 - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – DESAFIOS PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

A Mesa Redonda 02 ocorreu no dia 09/05/25 pela manhã e abordou o seguinte tema: Política Nacional de Assistência Estudantil – Desafios para o Monitoramento e Avaliação. A mesa foi mediada pela professora Dra. Wania Alexandrino da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e teve a seguinte composição: a Coordenadora-Geral de Políticas de Educação Superior, (SESu/MEC), do Ministério da Educação, Erika Mayumi Kasai Yamada; o Pró-Reitor de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), o professor Dr. Sandro Augusto Silva Ferreira e o Pró-Reitor Assuntos Estudantis da Universidade Federal do Acre, o professor Dr. Isaac Dayan Bastos da Silva. Em aspectos gerais a mesa iniciou enfatizando que a política de Assistência Estudantil é multidimensional e que portanto, a atividade de monitoramento e acompanhamento é complexa. Além disso, destacou-se o momento atual da Política acentuan-se o significativo avanço trazido pela LEI 14.914/2024 que instituiu a Política Nacional da Assistência Estudantil (PNAES). Nestes novos parâmetros os gestores vinculados à pasta, são instigados à atuação qualificada, com capacitação contínua e fortalecimento de espaços de construções e debates, a exemplo do FONAPRACE, tendo em vista que as condutas institucionais de acompanhamento e avaliação ainda estão sendo construídas. Nestes termos, destacou-se a relação entre avaliação e a política pública. Chamou-se atenção para a necessidade de construir instrumentos para adequada avaliação, visto que os resultados são centrais para redefinição dos rumos da própria política pública. Destacou-se a importância de contínua pesquisa de perfil dos estudantes beneficiário da política, que em conjunto com o sistema PNAES, aprimorados de forma participativa, tornam-se estratégicos para a qualificação da defesa da política estudantil e para a disputa orçamentária em cenário nacional.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

Destacou-se ainda que as ações de monitoramento e avaliação devem ser norteadas pelas seguintes premissas: aprimoramento da política, melhoria da gestão, equalização das desigualdades regionais, transparência e controle social. Todavia, indentificou-se vários desafios: 1) ausência de indicadores nacionais unificados; 2) ausência de plataforma nacional unificada da assistência estudantil que permitam de forma eficiente a análise macro e micro da Política e seu efetivo acompanhamento; 3) quadro insuficiente de servidores e equipes multiprofissionais para atuarem na assistência estudantil; 4) pulverização de dados intra e entre as instituições; 5) ausência de instrumentos e metodologias de avaliação de impacto quanti e qualitativamente que permitam estabelecer análise comparativa considerando fatores regionais e 6) os desníveis regionais de disponibilidade e distribuição do orçamento PNAES.

Algumas importantes ações foram planejadas/articuladas, decorrentes desta mesa redonda. A saber:

- Organização dos dados sistema nacional;
- Disponibilização de indicadores;
- Regulamentação dos Programas PNAES;
- Regulamentação e Aprimoramento do Sistema PNAES.
- Desenvolvimento de mecanismos de implementação e avaliação do impacto de cada programa.



# FONAPRACE

Fórum Nacional de Pró-Reitores de  
Assuntos Comunitários e Estudantis

Encontro da Regional  
**NORTE – NORDESTE**

**SANTARÉM | 2025**

Ressalta-se que na sua totalidade, as propostas de discussões abordadas no decorrer do nosso encontro são de extrema relevância para as políticas estudantis e para as ações afirmativas nas IFES e, todos/as têm papel crucial para que as mudanças aconteçam.

Assim, em nome da representação da Coordenação Nacional do Fonaprace, bem como das Coordenações Regionais do Norte e do Nordeste, atuantes no ano de 2025, ofertamos este relato e este conjunto de proposições produzidas no **XXIII Encontro das Regionais Norte e Nordeste do FONAPRACE**, ocorrido no período de **07 a 09 de maio de 2025**, na cidade de Santarém-PA, que legitima esta Carta. Somos fortes, porque somos do Norte! Somos “cabras da peste”, porque somos do Nordeste!

**Luamim Sales Tapajós**

Pró-Reitor de Gestão Estudantil da Ufopa  
Coordenador da Regional Norte do Fonaprace